



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL SUPREMO

1ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL

PROC. N.º 2081/19

A C Ó R D ã O

**ACORDAM EM CONFERÊNCIA, NA 1ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL
DO TRIBUNAL SUPREMO, EM NOME DO POVO:**

I. RELATÓRIO

Na Sala dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial da Huila, foi mediante querela do Digno Magistrado do Ministério Público de (fls. 122 a 124), os réus:

F [REDACTED] te, t.cp. Pai Nosso, solteiro, de 23 anos de idade, filho de F [REDACTED] ti e de A [REDACTED] a, natural do município da Humpata/Huíla, e residente na cidade do Lubango, bairro [REDACTED] gi;

P [REDACTED] o, t.c.p. Ginho, solteiro, de 23 anos de idade, filho de Pe [REDACTED] o e de M [REDACTED] , natural do município do Lubango/Huíla, [REDACTED] gi;

H [REDACTED] , t.c.p. 'Ração', solteiro, de 18 anos de idade, filho de M [REDACTED] a e de E [REDACTED] a, natural do Lubango/Huíla, bairro [REDACTED] , onde reside;



C [redacted], t.c.p. 'Bebé', solteiro, de 24 anos de idade, filho de **C [redacted]** e de **Be [redacted]**, natural do Lubango/Huíla, **[redacted]**;

[redacted], t.c.p. Jamba, solteiro, de 21 anos de idade, mecânico, filho de **[redacted]**, natural do município do Lubango, província da Huila, **[redacted]**.

Pronunciados a prática de um crime de Associação de Malfeitores, p. e p. pelo art.º 263.º do Cod. Penal em concurso com os crimes de Roubo concorrendo com o homicídio na forma frustrada, nos termos dos artigos 433.º, 10.º, 104.º n.º 1; todos do Cod. Penal, este último crime apenas imputados aos réus **F [redacted]ti, pe [redacted]o e Ay [redacted]**.

Os réus **[redacted]i, C [redacted]vil e [redacted]i** praticaram ainda o crime de roubo qualificado do tipo previsto e punível nos termos do n.º 1 do art.º 435.º do Cod. Penal.

- Efectuado o julgamento e depois de respondidos os quesitos foi a acusação julgado procedente e porque provada, sendo em consequência os réus condenados nas seguintes penas:

- **F [redacted]ti**, em 6 (seis) anos de prisão maior pelo crime de Associação Criminosa; 8 (oito) anos de prisão maior pelo crime de roubo concorrendo com homicídio na sua forma frustrada e 8 (oito) anos de prisão maior pelo crime de roubo qualificado, tendo sido condenado em cúmulo jurídico a pena única de 12 (doze) anos de prisão maior;

- Para os réus **P [redacted]o, C [redacted]o Ju [redacted]** e **E [redacted]e**, em 4 (quatro) anos de prisão maior para o crime de Associação Criminosa, e 8 (oito) anos de prisão maior para de roubo concorendo com homicídio na sua forma frustrada e em cúmulo jurídico, condenados na pena única de 10 (dez) anos de prisão maior para os dois primeiros réus e 8 (oito) anos de prisão maior para o réu



E [REDACTED], por força do disposto no art.º 108.º do Cod. Penal.

- Foram ainda todos os réus condenados no pagamento de Kz. 80.000.00 (oitenta mil Kwanzas) de taxa de justiça;
- Os réus F [REDACTED] e P [REDACTED] foram ainda condenados no pagamento de Kz. 250.000.00 (duzentos e cinquenta mil Kwanzas) de indemnização compartida ao ofendido E [REDACTED] por força do art.º 34.º do Cod. Proc. Penal;
- Quanto ao réu A [REDACTED], o Tribunal Julga a acção improcedente por não conseguir provar o crime em que o mesmo vem acusado e consequentemente com o fundamento no princípio 'in dubio pro reo', acordou o Juiz e os Assessores Populares em nome do povo, absolvê-lo, mando-o em paz e em liberdade.

Desta decisão interpôs tempestivamente recurso o Mº Pº a (fls. 206) por **imperativo legal**, nos termos dos artigos 473.º parágrafo único e 647.º parágrafo 1.º ambos do Cod. Proc. Penal, não estando por isso obrigado apresentar alegações de recurso, nos termos do n.º 5 do art.º 690.º do Cod. Proc. Civil, por aplicação do parágrafo único do art.º 1.º do Cod. Proc. Penal.

Nesta instância, em vista aos autos, o Digníssimo Magistrado do Mº Pº emitiu seu douto parecer nos termos a seguir transcritos (fls.228):

Acompanho a douta decisão proferida pelo Tribunal recorrido, por me parecer judiciosa.

Mostram-se colhidos os vistos legais;

por despacho do relator, foram os autos inscritos em tabela.

Importa, pois, apreciar e decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

MATÉRIA DE FACTO, SUA QUESITAÇÃO.



Discutida a causa, o Tribunal colectivo devidamente reunido, conseguiu provar que os réus F [REDACTED], E [REDACTED]a, os prófugos **Cristo, Pedro, t.c.p Ginho, NK ou NPI**, um menor de idade, identificado nos autos por **Ezequiel, ou The power e um tal Coimbra**, fazem parte de um grupo de malfeitores denominado Resgate, que se dedica a assaltos à mão armada (facas) de telemóveis na via pública, a qualquer cidadão encontrado distraído que passe no bairro Comandante Njagi, nas imediações da Casa Pato. Este grupo se concentra, muitas vezes, defronte a janela aberta da declarante Doriana, denominado CAVITAME. Os membros do grupo Resgate, têm como líder o réu Francisco, t.c.p. Pai Nosso e o prófugo MPI ou NK, sendo ambos temidos pelos populares daquela área, por os considerarem altamente perigosos.

No dia 7 do mês de Julho do ano de 2015, por volta das 13h15m, nesta cidade do Lubango, mais propriamente no bairro Comandante Nzaji, próximo à 5.^a UPIR, o réu Felisberto, t.c.p. Pai Nosso, na companhia dos prófugos Pedro, t.c.p Ginho e Coimbra interpelaram o ofendido E [REDACTED]ro [REDACTED]a, há escassos metros da janela aberta da declarante Doriana, numa altura em que este se dirigia ao Colégio Pedra Escrita, onde é estudante, e, encurralando-o, o réu Felisberto ordenou que o mesmo entregasse o valor de Kz.100.00 (cem kwanzas) bem como, o seu telemóvel de marca laranja, tendo o ofendido se recusado em satisfazer o pedido dos assaltantes.

Insatisfeito com a recusa do ofendido, o réu Felisberto deu-lhe um empurrão fazendo com que ele fugisse deles em passo de corrida, tendo os assaltantes o alcançando logo de seguida. Nesse instante, o réu Felisberto e os seus comparsas prófugos, apossaram-se do telemóvel do ofendido e retiraram das suas algibeiras o valor solicitado. Acto contínuo, o réu Felisberto, t.c.p. Pai Nosso, empunhando a faca que tinha escondida na cintura, desferiu três brutais e violentos golpes contra o ofendido, atingindo-o, um, na região das costas e, dois, no tórax do lado esquerdo, dizendo em voz alta, sic: "Está kimbuado". Ao ver o ofendido estatelado no chão a sangrar, o réu Felisberto limpou o sangue da faca com um papel e na companhia dos seus comparsas fugiram daquele local para parte incerta, na posse dos pertences do ofendido como que da sua



propriedade se tratasse, deixando-o estatelado no chão, ensanguentado pedindo socorro.

Graças a pronta intervenção de alguns populares daquele bairro, o ofendido foi socorrido e levado de imediato ao banco de urgência do Hospital Central Dr. A. A. N., onde fora submetido a uma intervenção cirúrgica de emergência, tendo obtido alta a 24 de Julho de 2015 (fls.3, 4, 5, 6, 18v, 25v, 36v, 37v, 63, 63v, prov. N.º 3673/2015, 175 e 175v).

As agressões do Réu Felisberto e companhia causaram ao ofendido ferimentos graves nas regiões visadas, tendo o mesmo ficado doente por cerca de 60 dias dos quais 40 dias com incapacidade total para as suas atividades diárias. (fls.4, 5, 6, 86v, proc. nº3673/2015)

Os objectos furtados pelo réu e companhia ao ofendido, não foram recuperados nem atribuídos valor jurado pelo ofendido.

Volvidos alguns meses de actos criminosos em quadrilha no grupo de malfeitores, denominado "Resgate" que se dedica a prática de assaltos de telemóvel na via pública, no dia 2 do mês de Março de 2016, por volta das 10h00, aproximadamente, nesta cidade do Lubanngo, mais propriamente, no bairro Comandante Nzagi, após prévia concertação, os co-réus, liderados pelo réu Felisberto, t.c.p. "Pai Nosso", na companhia dos integrantes do grupo, Cristo, t.c.p. "Bebe Pico", Emanuel, t.c.p. Kiala, e do menor de idade E [REDACTED], Ja [REDACTED], t.c.p. "The Power" interpelam a ofendida Er [REDACTED], t.c.p. Nguevinha, quando saia da escola na companhia da sua colega Rosa e, empunhando uma arma branca, faca, o réu Ezequiel, ameaçou-a dizendo sic: "dá o telefone". Com medo de ser atingida com aquele objeto cortante a ofendida atirou o seu aparelho de telemóvel de marca Alcatel para o chão, tendo este réu apanhado, e, se posto em fuga em passo de corrida, juntamente com os seus comparsas. (fls.3, 3v, 4, 9v, 10, 27, 28v, 29, 30, 35, 35v, 72v, 73v).

Apercebendo-se do assalto, um cidadão não identificado nos autos, perseguiu os miliantes na companhia de alguns populares, tendo o menor Ezequiel, nessa altura, entrado no quintal na residência da declarante E [REDACTED] K [REDACTED] i, estando ela a capinar a sua horta. Quando esta declarante tentou



agarrar o pequeno meliante, ela foi atingida por ele com a faca que tinha em sua posse, na região da omoplata do lado esquerdo.

Em função da agressão física, a declarante Elizabeth pôs-se aos gritos, tendo sido socorrida pelo seu filho, declarante Silvano, que, de seguida, também perseguiu o pequeno assaltante, e o deteve, apresentando-o, posteriormente, às autoridades policiais (fls.6, 7, 16v)

Enquanto aguardavam pela chegada da polícia, o réu Emanuel, na companhia de um comparsa não identificado, ora prófugo, foi resgatar o menor na residência da declarante Elizabeth, dizendo simuladamente que ele tinha que ser levado por eles, porque também assaltara outras moças na via pública, e precisava de ser reconhecido por elas. Mas esta argumentação não convenceu os declarantes Silvano e Elizabeth, por isto, não entregaram o pequeno meliante, por suspeitarem ser o réu Emanuel e companhia, também membro do grupo de assaltantes. O que, na realidade, posteriormente, se confirmou pelas declarações do menor detido, aquando do auto de interrogatório feito pelo Digno Magistrado do Ministério Público, junto ao SIC, bem como pela descrição dos declarantes Elizabeth e Feliciano, dada aquando da audiência de julgamento (fls. 9v, 10, 177v).

A agressão do comparsa dos réus Felisberto e Emanuel, causou a declarante Elizabeth ferimento grave na região visada, do que resultou doença por cerca de 20 dias. (fls.6, 7, 16v).

O telemóvel furtado pelo comparsa dos réus Felisberto e Emanuel foi apreendido e submetido ao exame e avaliação ao que concluiu-se tratar-se de um telemóvel de marca Alcatel de cor azul escuro, usado de origem chinesa, com o visor partido ao qual atribuiu-se o valor jurado de kz.13.000.00, enquanto a ofendida atribuiu ao referido objecto o valor de kz.23.000.00 (vinte e três mil kwanzas) que prevalece. E, na altura, fora restituída à posse da ofendida como legítima proprietária. (fls.35, 38)

APRECIÇÃO DOS FACTOS

A apreciação feita aos presentes autos, nos conduz ao reforço do juízo de certeza do Tribunal recorrido, porquanto no primeira assalto protagonizado pelo



grupo de milite designado 'Resgate' ao ofendido Euclides, o réu [REDACTED] [REDACTED]ti, também conhecido por 'pai Nosso' viu-se desafiado da sua autoridade, pelo facto do ofendido não obedecer o seu comando, quando mandou este entregar o dinheiro que transportava (cem Kwanzas), por isso, na perspectiva de ver a sua autoridade e valentia restabelecida no seio do grupo e para que seus inferiores hierarquico não questionassem a sua bravura, desferiu com intensão de causar a morte, tendo em conta a região atingida e as palavras por ele em seguida proferida, rudes golpes, com a faca que transportava para o efeito, capazes de causar a morte a qualquer um, não tendo alcançado tal desiderato apenas, porque o ofendido foi a tempo acudido por populares e assistido rapidamente no Banco de Urgência do Hospital Central daquela Provincia.

Dos autos vislumbra-se que o réu Ezequiel, utilizando do mesmo método tomou de assalto em companhia de prófagos já identificado nos autos, no âmbito dos factos provados, o telemóvel de outra co-cidadã, a ofendida identificada por E [REDACTED], tendo em seguida e durante a fuga exercida, alvejado a ofendida [REDACTED] na região da Omoplata do lado esquerdo, por recurso a arma branca, que defendendo sua propriedade não quis que o réu se refugiase em seu quintal na sequência do primeiro assalto perpetrado pelo membro daquele grupo, que segundo evidências sempre superiormente orientados pelo co-réu Felizberto.

Não passa despercebida a atitude tomada pelo réu Emanuel, que se apercebendo da situação de apuros a que passava um dos dos associados (o réu Ezequiel), porque retido no quintal da senhora Elizabeth pelo filho desta e ajuda de alguns municipais, tentou fazer o uso do nome do grupo em que fazia parte, tendo tentado resgatar este último, porém desde cedo, os ofendidos aperceberam-se daquela intenção, não deixando que o o réu Emanuel levasse consigo seu comparsa.

Assim, fica claro as circunstâncias em que os réus subtraíam os valores e bens pertencentes aos ofendidos, não obstante, não ter sido calculado o valor jurado, assim como desferindo os golpes com recurso a arma branca as suas vítimas em regiões vitais (primeiro ao ofendido Euclides e posteriormente a odendida Elizabeth), a certeza que fica é a de que aquele grupo fazia da cidade



do Lubango mais propriamente do bairro Comandante Nzaji, um bairro de muita turbulência, deixando aqueles moradores permanentemente insarçados, o que de certa forma prejudicava a harmonia e convivência entre vizinhos, ficando por isso ameaçada por algum tempo a paz social, pois só haverá paz, quando haver harmonia, tranquilidade física entre os membro de um comunidade.

III. SUBSUNÇÃO JURÍDICO – PENAL

Confirmamos que com os factos por nós apreciados os réus F [REDACTED] F [REDACTED] ti, Pe [REDACTED] o, C [REDACTED] il e E [REDACTED] C [REDACTED] le em co-co-autoria cometeram o crime de **Associação de Malfeitores**, previsto e punido, nos termos do art.º 263.º do Cod. Penal, sendo o réu pai nosso o lider dos referidos associados, concorendo com o crime de **roubo concorrendo com homicídio, porém na sua forma frustrada**, previsto e punido pelas disposições conjugadas do art.º 433.º, 10.º e 104.º, todos do Cod. Penal, praticado apenas pelos réus F [REDACTED] ti, P [REDACTED] o e um crime de **roubo qualificado** do tipo previsto e punido pelo n.º 1 do art.º 435.º do Cod. Penal, praticado pelos réus Felisberto, C [REDACTED] il e E [REDACTED] i C [REDACTED] le, sendo o menor Ezequiel sujeita a jurisdição do julgado de menores após exames psicossomático, conforme fls. 98 dos autos.

IV. MEDIDA DA PENA

O crime de Associação de Malfeitor é punível com a moldura penal abstracta de dois a oito anos de prisão maior; porém agrava a penalidade do lider dos associados para oito a doze anos de prisão maior.

O crime de roubo concorrendo com homicídio na sua forma frustrada é punido com a penalidade de dezasseis a vinte anos de prisão maior, enquanto o roubo qualificado punisse em abstracto com a penalidade de oito a doze anos de prisão maior, corrigindo assim o acordão recorrido, que punia em abstracto o roubo qualificado por concurso de agentes com uma penalidade de vinte a vinte e quatro anos de prisão maior.

Agravam a responsabilidade criminal dos réus as circunstâncias 1ª (premeditação), 7ª (pactuado por mais de duas pessoas), 11.º (emboscada), e



12.^a (superioridade em razão de arma branca, faca), todas do art.º34.º do Cod. Penal.

Militam a favor dos réus as circunstâncias 1.^a (ausência de antecedentes criminais), 3.^a (menores de 18 e 21 anos de idade, para os réus P [REDACTED] e E [REDACTED]), 6.^a (imperfeito conhecimento do mal do crime), 8.^a (imperfeito conhecimento do mau resultado do crime), 9.^a (confissão) e 22.^a (estarem arrependido) e 23.º (humilde condição socio-económica), todas do art.39.º do Cod. Penal.

O Tribunal recorrido atendeu ao facto, dos réus terem em seu favor o número de circunstâncias atenuantes acima expostas, para serem beneficiados da atenuação extraordinária de pena aplicar, nos termos do art.º 94.º n.º 1 do C.P., substituindo as penas de prisão maior mais graves de 16 (dezassexis) a 20 (vinte) anos de prisão maior pela pena de prisão menos grave de 8 (oito) a 12 (doze) anos de prisão maior, o que não nos repugna, se olharmos pelo facto de que em cúmulo jurídico foram agravadas as penas únicas.

Assim, nunca seria de aplicar a pena de 6 (seis) anos de prisão maior ao réu Felisberto pelo crime de associação de malfeitores, se nos atermos ao papel que o mesmo desempenhava no referido grupo, pelo que alteraremos aquela pena parcelar para o mínimo da moldura a que ele cabe, ou seja, 8 (oito) anos de prisão maior.

Confirmamos as penas parcelares de 8 (oito) para o crime de roubo qualificado e roubo concorrendo com homicídio na sua forma frustrada, respectivamente, porquanto não poderá ser em cúmulo jurídico condenado a uma pena superior à dezasseis anos de prisão maior e inferior a doze anos de prisão maior.

Os réus P [REDACTED], C [REDACTED] e E [REDACTED] [REDACTED] foram condenados na pena de 4 (quatro) anos de prisão maior pelo crime de associação de malfeitores, o que se mostra tecnicamente bem aplicada, pois estes, em grande medida, ocupavam posições subalternas na referida associação.



Pelo crime de roubo concorrendo com homicídio, na forma frustrada, praticado apenas pelos réus Felisberto [REDACTED] (pena já apreciada) e P [REDACTED] [REDACTED] que foi punido com a pena parcelar de 8 anos de prisão maior, que também nos parece judiciosa, nos termos em que analisamos a pena do réu Felisberto e se nos atermos ao cúmulo das penas feita pelo Tribunal recorrido.

Os co-réus C [REDACTED] e E [REDACTED], cuja pena parcelares para o crime de associação de malfeitores já foram reapreciadas, foram ainda condenado por aquele Tribunal em 8 (oito) anos de prisão maior, ou seja, o mínimo da moldura, o que não nos parece desadequado, se atendendo que em cúmulo jurídico foram condenados a pena únicas superiores a aquelas parcelares, o que pensamos ser tempo suficiente para a reintegração social dos mesmos.

V. DECISÃO

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros que constituem esta Câmara Criminal acordam em:

alterar as penas, sendo o réu Felisberto [REDACTED], condenado a 14 (Catorze) anos de prisão maior; o co-réu E [REDACTED], condenado a 9 (nove) anos de prisão maior, e os réus P [REDACTED], H [REDACTED], J [REDACTED] e C [REDACTED], condenados a 10 (dez) anos de prisão maior cada.

Assim se conforma
em 27/4
Luará, 9 de Abril de 2019
Antônio [REDACTED]
Juiz de Direito